

SER Social

QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL
Brasília, v. 24, n. 50, janeiro a junho de 2022

Privatização e Mercantilização da Educação Básica no Brasil

Luísa M. R. Baumgarten¹



O livro *Privatização e Mercantilização da Educação Básica no Brasil* é resultado de uma pesquisa em parceria realizada entre a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) e uma equipe de pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB), coordenada pelo Prof. Dr. Evilasio Salvador e composta pela Profa. Dr^a. Natalia de Souza Duarte, pelo Prof. Dr. Samuel Pantoja Lima e pela assistente de pesquisa Luiza Andrea Mangabeira da Costa. O principal objetivo da pesquisa foi

1. Bacharel em Serviço Social. Mestranda no Programa de pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília. E-mail: lubaumgarten@gmail.com

deslindar dados que acenam a um movimento de mercantilização e privatização da educação básica no Brasil, na contramão da busca pela garantia de uma política educacional gratuita, acessível e de qualidade, referenciada em dispositivos legais como a Constituição Federal de 1988 e a Lei 13.005/2014, que aprovou o atual Plano Nacional de Educação.

O livro é dividido em cinco relatórios: Relatório 1 com Partes 1 e 2 intitulado *Análise das matrículas da educação básica nos últimos cinco anos disponíveis (2009-2013), com corte de matrícula e instituições públicas e privadas, analisando seus componentes, descrevendo tendências e comportamento*; Relatório 2 dividido em Parte 1: *Recursos destinados à Educação nos Orçamentos Públicos dos Estados e do Distrito Federal: uma análise do período de 2009 a 2013*, e Parte 2 (complementar): *Recursos Destinados à Educação nos Orçamentos Públicos dos Municípios: uma análise do período de 2010 a 2014*; Relatório 3: *Financiamento indireto da educação por meio das renúncias fiscais concedidas aos grupos de educação em função do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS*; Relatório 4: *Pesquisa Qualitativa e Síntese do Grupo Focal* e um último relatório sendo uma síntese da pesquisa apresentada.

O Relatório 1 tem como objetivo analisar na primeira parte as matrículas da educação básica entre os anos de 2009 e 2013, com corte de matrícula e instituições públicas e privadas, recorte de regiões do Brasil e dados de 40 municípios listados pela CNTE, que correspondem àqueles que abrangem entidades de trabalhadores da educação filiadas à confederação. Os primeiros dados apresentados demonstram uma queda tendencial nas matrículas da educação básica de 4,8% se comparados os anos de 2009 e 2013. Antagonicamente, as matrículas privadas apresentam uma variação de aumento em 17,8% se comparado ao mesmo período, enquanto os dados relativos às matrículas públicas correspondem à tendência de queda (8,5%) do quadro mais abrangente.

Na segunda parte, a pesquisa demonstra uma análise dos estabelecimentos de ensino. O procedimento metodológico utilizado foi o de estatística descritiva e a base de dados foi a Pesquisa Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Da mesma forma que as matrículas públicas

mostram uma queda tendencial nos números, os estabelecimentos de ensino da educação básica também se exibem em um quadro de diminuição no mesmo período, em uma variação de 3,42%. Correspondendo à primeira análise também de matrículas privadas, os estabelecimentos privados apresentam aumento com variação de 8,79%. A tendência geral é de queda no número de estabelecimentos, contraditoriamente aqueles que são privados aumentam, enquanto os públicos seguem a tendência.

Já o Relatório 2, dividido em duas partes, tem na primeira uma análise dos recursos destinados à educação pelo orçamento público aos estados e ao DF no período entre 2009 e 2013, tendo como fonte principal de coleta de dados o Sistema de Coleta de Dados Contábeis de Estados e Municípios (SISTN), o Siga Brasil e portais de transparência dos estados. A segunda parte, considerada complementar, apresenta um enfoque do orçamento público dos municípios entre 2010 e 2014. Os dados mais gerais revelam que a variação de gastos públicos com educação pelos estados negativou em três pontos percentuais, ainda que observemos nas tabelas exibidas no estudo que algumas unidades da federação apresentam aumento ao longo dos anos estudados.

Há também uma análise sobre o repasse de recursos públicos específicos da educação para o setor privado. O banco de dados utilizado foi o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), instrumentalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o período analisado é entre os anos 2010 e 2014. Dados mostram que há um aumento de 32,41% de repasse de verbas públicas para o setor privado e que esse número corresponde a um aumento superior aos gastos do setor público com a educação diretamente, que cresceram 12,08% o que indica um movimento claro dos governos no desenvolvimento de políticas de privatização e mercantilização da educação pública que é corroborada na pesquisa com a apresentação de uma série de recortes de reportagens sobre a privatização e a entrega da administração de escolas a organizações privadas, mas com financiamento de recursos públicos.

É importante observar que os dados orçamentários foram coletados em 2015 e consolidados no início de 2016, ano em que o país sofreu um golpe parlamentar-jurídico-midiático que impichou

a presidenta Dilma Rousseff e empossou seu vice, Michel Temer, articulando uma política econômica de austeridade fiscal, de corte de verbas públicas, do orçamento e do financiamento para as políticas sociais com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, congelando por 20 anos investimentos essenciais para a consolidação de direitos sociais à população assegurados pela Constituição Federal de 1988, incluindo tendências de mercantilização e privatização da educação brasileira.

A segunda parte do Relatório 2 foca especificamente nos recursos destinados à educação aos municípios, também entre os anos de 2010 e 2014. A amostra conta com dados de 40 municípios previamente definidos pela CNTE e usou o Sistema de Coleta de Dados Contábeis de Estados e Municípios como base de informações. Há também uma análise do montante de recursos públicos municipais repassados às organizações privadas. A descoberta, condizente com os outros dados já apresentados anteriormente, é de que houve uma redução na alocação de gastos com a educação nos orçamentos dos municípios em 5,03%. Em relação ao montante de recursos dos municípios, a educação também perdeu espaço nos orçamentos.

O Relatório 3 desvela o financiamento indireto da educação por meio de renúncias fiscais que são concedidas em função do CEBAS entre os anos de 2009 e 2013. As renúncias fiscais podem ser compreendidas como isenções tributárias que incidem no orçamento na forma de desoneração e algumas delas “intentam constituir alternativas às ações Políticas de Governo para promoção do desenvolvimento econômico ou social” (p. 164). As justificativas para ocorrência dessa política econômica têm relação com o fato de compensar gastos que os cidadãos têm com serviços que são previstos, mas não atendidos pelos governos; incentivar determinado setor da economia; financiar ações que são funções de estado, mas acabam sendo desenvolvidas por entidades civis etc. Ocorrem em diversas áreas, sendo a educação uma parte bem expressiva, mas a quarta colocada em um apanhado geral, ficando atrás da política de Saúde (3ª), da Indústria (2ª) e do Comércio e Serviço (1º). É importante destacar que as desonerações fiscais compreendem uma fatia significativa do orçamento brasileiro, que não é meramente uma peça técnica, mas também política, que demonstra de que forma os gastos do Estado estão sendo direcionados para a execução de políticas sociais para o atendimento da população.

Este relatório apresenta um capítulo com enfoque nas desonerações que mais pesam no financiamento da educação brasileira: IRPF e CEBAS. Para tomar como exemplo, as desonerações em função dos gastos com educação no IRPF foram analisadas a partir de três focos: 1) impacto em relação aos recursos da educação; 2) quem acessa esse direito; e 3) qual a relação com a mercantilização e privatização da educação básica. Sobressai ao olhos o ponto 2 que destaca que há o que os/as pesquisadores/as chamam de “Bolsa Escola Privada”, que representa um benefício indireto mensal recebido pelas famílias ricas brasileiras a partir de seus gastos com educação privada. O valor dessa “bolsa” correspondeu em 2013 (ano calendário do IRPF 2012) a R\$ 77,36 enquanto o benefício Bolsa Família, que atende famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil, correspondia a R\$ 70,00. Se analisados os montantes de recursos e o número de famílias atendidas, a situação se torna mais discrepante e injusta: em 2012, 21,7 bilhões de reais atenderam 13,7 milhões de famílias. Já as desonerações e, conseqüentemente, o “Bolsa Escola Privada” beneficiaram 5,8 milhões de famílias com um gasto de 18 bilhões de reais. Citando a análise crítica da pesquisa: “o Estado brasileiro paga às famílias de classes médias e altas benefícios indiretos mensais – em função da despesa com educação privada – em valores maiores que o dobro do valor pago às famílias brasileiras em situação de pobreza” (p. 201).

O Relatório 4 apresenta uma pesquisa qualitativa e síntese do grupo focal. Essa parte da pesquisa foi desenvolvida com dados coletados por meio de um questionário aberto enviado por e-mail às lideranças de Sindicatos dos Trabalhadores da Educação e a partir de resultados trazidos por um grupo focal do estado de São Paulo (formado por 12 dirigentes sindicais de oito estados, três dirigentes da CNTE e outras três pessoas da Internacional da Educação). Aqui cabe destacar a identificação de indicadores de privatização e mercantilização do ensino público no estado ou região, sendo respondidos o número de matrícula pública/privada e o repasse de recursos por meio de contratação, como terceirização de serviços de atividades-meio, para atendimento na educação especial, na formação de professores etc.

Consideramos ser de fundamental importância entender de que forma o orçamento é destinado para a política de educação, compreendendo que ele não é uma peça formal e meramente técnica,

mas sim carregada de intenções e de escolhas políticas, que refletem a luta de classes na disputa pelo fundo público, para execução de políticas públicas que podem atender às demandas da classe trabalhadora ou atender ao capital.

Ainda que alguns relatórios demonstrem um aumento aparente de volume de recursos orçamentários para algumas áreas da educação, é preciso fazer uma reflexão sobre a essência destes dados; afinal, o contexto que se apresenta a conjuntura demonstra aumento da pobreza, das desigualdades sociais e de formatação de políticas de não atendimento às necessidades sociais, o que torna esses aparentes aumentos de recursos financeiros insuficientes para o real atendimento de demandas de estudantes da educação básica no Brasil e um direcionamento para intervenções privatizadoras e mercantilizadoras em resposta ao mercado e à acumulação. Indicadores e dados demonstram a necessidade de uma contínua pesquisa sobre o tema para ampliação dos estudos e para que sirva como objeto de luta em defesa de uma educação universal, de qualidade, gratuita, laica e que contribua para a formação de cidadãos e cidadãs críticos.

O conteúdo desta obra tem caráter revelador sobre o direcionamento das ações para a educação básica no Brasil e revela de forma didática, teórica e metodologicamente crítica dados que podem contribuir para estudos de pesquisadores/as de diferentes áreas das ciências sociais, econômicas e para grupos sociais de luta por direitos na e para política de educação e, de maneira geral, nas políticas sociais do nosso país.

Referência

SALVADOR, Evilasio (coord.). **Privatização e Mercantilização da Educação Básica no Brasil**. Brasília: UnB – CNTE, 2017. Disponível em: https://www.cnte.org.br/images/stories/2017/livro_pesquisa_unb_cnte_final_web.pdf.